

Governo estuda reajuste de 5% para todos os servidores do Executivo federal a partir de julho

Essa é uma 'alternativa' para tentar distribuir de forma mais equânime o aumento de salário reivindicado por empregados de diversos órgãos públicos
Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Diante da mobilização crescente no funcionalismo público, setores do governo agora estudam a concessão de um reajuste de 5% para todos os servidores do Executivo federal. O aumento seria dado a partir de julho e teria um custo de cerca de R\$ 5 bilhões para os cofres públicos neste ano.

De acordo com fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, essa medida é uma "alternativa" para tentar distribuir de forma mais equânime o aumento de salário reivindicado por servidores de diversos órgãos públicos, como Receita Federal, Banco Central e Tesouro Nacional, que fizeram paralisações e intensificaram o movimento nas últimas semanas depois de o presidente Jair Bolsonaro prometer no ano passado aumentar os vencimentos apenas de policiais federais.

Depois de o presidente Jair Bolsonaro desistir de enviar uma medida provisória até sábado com reajuste para as forças de segurança, como mostrou o Estadão/Broadcast, uma ala do governo trabalha com um "plano B". A avaliação é que é possível aumentar salários sem ferir a lei eleitoral, desde que o reajuste seja abaixo da inflação acumulada neste ano.

Por isso, o número de 5% ganhou força nas discussões: como a inflação anual acumulada está em 10% e a projeção é de que, até o fim de junho, as perdas salariais de 2021 não serão menores do que a metade disso.

O prazo de julho foi adotado porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 dias do mandato. Então esse passou a ser o limite com que o governo trabalha, tanto para um reajuste geral quanto para "reestruturação" de carreiras, o que poderia ser adotado, por exemplo, para policiais, como defende Bolsonaro. O reajuste geral esbarra, no entanto, no teto de gastos (regra que atrela o crescimento das despesas à inflação), que hoje não tem espaço para novas despesas. Na semana passada, a equipe econômica bloqueou R\$ 1,7 bilhão em gastos de 2022 para não romper o limite fiscal. Ou seja, para dar aumento de pessoal, no cenário atual, R\$ 5 bilhões de despesas teriam que ser cortadas para não ultrapassar o teto.

Nesta terça-feira, 30, o secretário do Tesouro, Paulo Valle, disse que o bloqueio deve ser revisto em maio, quando será divulgado um novo relatório bimestral de receitas e despesas.

na agenda pública. "Estou buscando encontrar uma solução específica para o BC, e não para todo o governo", disse o presidente do banco. Além dos funcionários do BC, servidores do Tesouro Nacional e também da Receita estão se mobilizando por acréscimo nos contracheques diante da sinalização do presidente Jair Bolsonaro de só contemplar as carreiras policiais. Ele ainda afirmou aos servidores que há um entendimento no governo, com base em acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), de que o prazo para a

reestruturação de carreiras não acaba em 4 de abril e vai até até julho, antes do prazo de 180 dias anteriores ao fim do mandato presidencial. Outra ala do governo, no entanto, defende que, pela lei eleitoral, só é possível dar aumento acima da inflação até este sábado, 2.

Campos Neto relatou que já trabalha em uma minuta de proposta de reestruturação das carreiras dos servidores que será enviada ao Congresso. "Já estamos trabalhando em um projeto para o BC. Não temos como adiantar detalhes neste momento", disse.

As afirmações de Campos Neto aos servidores representam uma mudança de postura. Assim como o ministro da Economia, Paulo Guedes, Campos Neto era contra qualquer reestruturação e reajuste salarial para servidores no pós-pandemia.

Apesar das promessas, os servidores não se sensibilizaram e mantiveram o cronograma de início da greve, por tempo indeterminado, a partir de sexta-feira, 1 de abril.

Também presente no encontro, a diretora de Administração do BC, Carolina Barros, relatou que o Ministério da Economia está aberto ao pleito de realização de concurso público para a autoridade monetária. Na terça, ela se reuniu com o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Leonardo José Mattos Sultani.